



Manifesto do PPRI

Trump retrocede, Lula se submete às pressões da direita e as direções sindicais montam uma *farsa de defesa da soberania para impulsionar a campanha eleitoral de 2026*

Na Nota Nacional do PPRI (nº76, 18/07/2025) alertamos que não se deve confundir os ataques tarifários com um ataque à soberania nacional. No final das contas, os EUA não interferiram ainda diretamente nos assuntos internos do país. Recorrem momentaneamente ao arcabouço da guerra comercial para pleitear e impor acordos que sejam do interesse imediato dos EUA em sua disputa contra o avanço da China no país e na América Latina. Nesse sentido, a “disposição” dos EUA em negociar como parte do acordo de retirada das taxas abusivas o acesso e exploração das chamadas “terras raras” (conjunto de elementos minerais críticos para a produção de produtos de alta tecnologia) em benefício dos monopólios norte-americanos, assinalou o real motivo das manobras de Trump. O Brasil detém uma das maiores reservas mundiais desses minerais (China, Rússia, África do Sul e países como Bolívia e Tanzânia também têm grandes reservas) das quais os EUA precisam para a produção de bens e produtos de alta tecnologia. A posse pela Rússia de mais de 60% das jazidas de terras raras ucranianas, localizadas no leste sob ocupação russa, jogou no lixo o acordo de Trump com Zelensky, e assim obrigou os EUA a recorrer a novas fontes. Por sua vez, a dependência atual dos EUA das exportações chi-

nesas revelou de forma clara o gargalo norte-americano em condições em que os choques com a China se agravam. Trump inclusive retrocedeu das tarifas contra essa após o governo chinês para as exportações de “terras raras” aos EUA. Além disso, está fartamente comprovado pelas anteriores guerras mundiais que não há como manter uma base industrial mínima para produzir todo o necessário à guerra sem o controle direto sobre as fontes de matérias-primas mais necessárias. O que estamos experimentando são os reflexos da guerra comercial entre China e os EUA, que tendem a abrir passagem cada vez mais às tendências bélicas.

Sem que houvesse retaliação do governo Lula, Trump retirou a sobretaxa a mais de 50% (por total de 700 itens) dos produtos exportados do Brasil para os EUA. Em particular, foram retirados da sobretaxa de 40% suco de laranja, castanha-do-pará, aeronaves civis e seus componentes (motores, peças, subconjuntos e simuladores de voo), veículos de passageiros (sedãs, SUVs, minivans e vans de carga) e caminhões de carga leves e suas peças, ferro, aço, alumínio, cobre, silício, ferro-gusa, estanho, ouro, prata, metais estratégicos, bens semiacabados e componentes industriais, carvão, gás natural, petróleo e seus derivados (querosene, óleos lubrificantes e energia

elétrica), fertilizantes, etc. Bens em trânsito (com entrega até 5 de outubro), materiais informativos, como livros, pôsteres, CDs, filmes e obras de arte também ficaram de fora. Não obstante, mantêm-se as taxas às exportações para os EUA da produção de café, carne, açúcar, máquinas e implementos, bem como a indústria do plástico.

O recuo de Trump deixou às claras a pressão de setores da burguesia norte-americana que reclamaram das tarifas e seus efeitos no aumento de seus custos de produção nos EUA. Mas, também deixou claro que a relação comercial sempre favoreceu aos EUA, que é superavitário em relação ao Brasil, que é deficitário há mais de 17 anos nas trocas comerciais. Mas, foi a publicação da Ordem Executiva de Trump de 30 de agosto, que afirmou se manteriam a taxa a certos produtos pelo fato de o Brasil aplicar “políticas, práticas e ações (...) constituem uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos”. Além das relações comerciais com a China e de seu avanço na América Latina, à custa de fazer os EUA retroceder de seus mercados, a pressão para abrir negociações das “terras raras” trouxe à tona as pressões realizadas pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo, entre cujos principais lobistas acham-se empresas tecnológicas

(Google, Meta, Microsoft, X, TikTok), e que durante o debate da “PL da Devastação” exigiram a aprovação de licenciamentos ambientais mais flexíveis visando construir no Brasil (como estão negociando por toda América Latina) centros de processamento de dados ou “data centers”, que possam operar consumindo grandes quantidades de energia, e cujos impactos ambientais são muito altos. Todavia, o bloqueio de bens e proibição de viagens aos EUA de Alexandre de Moraes, por tomar “medidas sem precedentes para, de forma tirânica e arbitrária, coagir empresas americanas a censurar discursos políticos, banir usuários de plataformas, entregar dados sensíveis de usuários dos EUA ou alterar suas políticas de moderação de conteúdo sob pena de multas extraordinárias, processos criminais, congelamento de ativos ou exclusão completa do mercado brasileiro” assinalou o real motivo econômico da medida. O fato de se mencionar a entrega de “dados sensíveis de usuários dos EUA ou alterar suas políticas de moderação de conteúdo” indicou que os EUA pretendem impor ao Brasil não apenas condições lucrativas para as empresas de tecnologia, como também garantir utilizar seu território nacional para o processamento e utilização de dados digitais sem qualquer restrição legal. O recuo de Trump abre uma via de negociação sobre esses reais interesses do imperialismo.

É farsesco recorrer à fala de Lula de ataque à soberania e utilizar sua retórica para mobilizar as massas em apoio ao governo burguês pró-imperialista. Lula sequer acenou aprovar qualquer medida de retaliação com aumento de taxas aos produtos e bens importados dos EUA. Posa de defensor da soberania nacional, mas defende os leilões de petróleo e gás que favorecem

empresas norte-americanas e aos parasitas da dívida pública (dentres, fundos e bancos norte-americanos) por meio do Arcabouço Fiscal. Promove a Reforma Administrativa que destruirá salários, direitos e empregos do funcionalismo público arrecadando mais fundos para enriquecer aos mesmos parasitas. Segue-se exportando aço e petróleo para Israel, que é um enclave dos EUA no Oriente Médio. Apoiou o “PL da Devastação” – ainda que propondo emendas – para favorecer obras de infraestrutura de alto impacto ambiental porque servem para se promover eleitoralmente, e garantem lucrativos negócios para bancos e empreiteiras. Mantêm a taxa Selic em 15% que estrangula a economia nacional e alimenta o parasitismo financeiro, sobretudo, norte-americano. Defende uma “frente única” entre a direita e a esquerda burguesas para discutir um plano para “compensar” os lucros dos setores afetados com redução de tributos, subsídios bilionários e, sobretudo, com a aplicação de lay-off, férias coletivas, redução de encargos patronais etc. O que significa favorecer os capitalistas e desgraçar os assalariados que vão pagar pela crise e as disputas inter-burguesas. A máscara retórica da defesa da soberania nacional de Lula é desfeita pela sua própria política e medidas antinacionais e antipopulares.

É esse governo que as direções sindicais, populares e políticas chamam a apoiar. Pretendem colocar as massas a reboque do governo burguês entreguista e de suas campanhas eleitorais de Lula para 2026. As direções governistas (PT, Psol, PCdoB etc.) e as ditas “socialistas” (PSTU, MRT etc.) não estão convocando e organizando assembleias gerais para discutir e aprovar um plano de mobilizações e ações nacionais visando erguer um movi-

mento unitário e radicalizado contra os ataques imperialistas baseado nos métodos da luta de classes, criando as condições para transformar os atos e manifestações esvaziadas e controladas pela política burguesa em uma poderosa força coletiva capaz de construir as bases para uma frente única de conteúdo anti-imperialista pela real defesa da soberania e economia nacionais.

A história nos ensina que nenhum governo burguês defenderá a soberania nacional até as últimas consequências, e nem tomará medidas efetivas contra o imperialismo se apoiando na classe operária e demais oprimidos para, assim, romper relações com os EUA e nacionalizar suas empresas em nosso país. Somente um governo operário e camponês, produto da revolução e ditadura proletária, é o único governo capaz de efetivar essas medidas e, por meio da revolução social, expulsar definitivamente o imperialismo do Brasil. Entretanto, sim é possível - e necessário - dar um passo hoje para avançar por esse caminho. Para isso, devem-se convocar as assembleias gerais para aprovar: **“1) imediata ruptura de todas as relações com os EUA; 2) expulsão de seus embaixadores e de seus espões de dentro da PF; 3) não pagamento da dívida pública; 4) expropriação de empresas e bancos norte-americanos sem indenização e sua estatização sob controle operário coletivo; 5) monopólio do comércio exterior e das transações comerciais sob controle operário. Eis como às ameaças e bravatas serão combatidas e os que apoiam o imperialismo derrotados por vendilhões e traidores!”**. Essa linha expressa na Nota nº 77 do PPRI é um guia para a vanguarda que não perdeu a cabeça embriagada pelo eleitoralismo e as bravatas retóricas de reformistas e centristas. ● ■

